Itapema/SC, 27 de outubro de 2025

À
PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JORGE DO OESTE / PR

Cumprimentando-os cordialmente, notificamos nosso interesse na continuação *(Termo Aditivo)* dos Serviços técnicos especializados no Gerenciamento, Consolidação, Versionamento e Publicação dos Atos Legais (atual **Contrato de n° 123/2023 - Inexigibilidade 25/2023),** de acordo com a Cláusula Terceira, passando a vigorar **conforme as opções de vigência abaixo:**

- **Ajuste na Vigência Anual:**
  - Requisitamos o ajuste da vigência nesta renovação de Termo Aditivo, passando a fixar o término da vigência no critério de mês cheio, assim devendo a data ficar expressa: A contar de **18/12/2025 a 31/12/2027 - 24 meses diretos, encerrando em mês cheio,** como prevê o inciso II do Art. 57, da Lei Federal 8666/93, que tem o intuito de otimizar os processos ao órgão público, sem flexibilizar os controles;
  - *Vigência opcional de **apenas 12 meses,** a contar de 12/12/2025 a 31/12/2026.*

Valores, Formas de pagamento e Abatimentos:

Solicitamos **análise** para o possível reajuste financeiro a valor presente e reposição do período, considerando apenas como parâmetro a inflação acumulada medida pelo índice oficial do **IGPM (FGV)**, de acordo com o expresso na Cláusula Sétima, pagos conforme novas opções de forma de pagamento abaixo:

- **Parcela Única Anual** no valor **com desconto** de apenas **R$8.500,00/ano**, paga até o dia **10 de março** de cada ano;
  OU
- **Parcelas Semestrais,** sendo a 1ª de R$4.283,32/sem paga até 10/06/2026, e a 2ª da diferença de R$4.283,32/sem paga até 10/12/2026, sucessivamente a cada ano;

Seguem anexo, as **CNDs,** declaração da **ABES -** Associação Brasileiras das Empresas de Software e (Carta de Exclusividade à inexigibilidade de licitação), **Certificado INPI** e **Minuta do Aditivo.**
Sendo o que se apresentava, por ora, colhemos da oportunidade para externar protestos de sincera consideração e magno apreço.
Atenciosamente,

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)		
Dados informados		
Data inicial		10/2024
Data final		09/2025
Valor nominal	R$ 8.331,48	(REAL)
Dados calculados		
Índice de correção no período		1,02822610
Valor percentual correspondente		2,822610 %
Valor corrigido na data final	R$ 8.566,65	(REAL)

Leis
03.725.725/0001-35
Rua 240, nº 400 - Sala02 Meia Praia
Itapema - SC / 88.220-000
(47) 3514-5600

Tendo em vista a proximidade do vencimento **17/12/2025** do contrato de Gerenciamento e Consolidação da legislação do Município com a Empres LTDA, envio a documentação com antecedência para darmos início no processo de renovação/continuação dos trabalhos, a fim de que este ocorra tranquilamente e dentro do prazo.

Encaminho anexo:
- Solicitação de Renovação;
- Minuta de Termo Aditivo para edição;
- Declaração de Exclusividade ABES e Certificação INPI;
- CNDs;
- Contrato social para alterar a razão social;

Não obstante, estarei ao inteiro dispor. Nossa equipe também está habituada a realizar Vídeos Chamadas com os responsáveis para esclarecimento eventuais dúvidas, se assim preferirem, de aprox. 20min., e priorizamos para maior agilidade e compreensão do processo, ok!?
Temos a agenda livre, assim podem marcar e organizar o dia e horário que preferirem, primeiramente com os responsáveis do órgão público, basta apenas nos comunicar.

OBS: Objetivando otimizar o trabalho do órgão público e a prestação dos serviços de modo contínuo, poderá ser contratado por 24 meses diretos/consecutivos, conforme prevê o Art. 57 da Lei Federal 8.666/93. Com isso, a contratante não precisará se preocupar com mais processos nas renovações de prazo dos anos seguintes e, em caso de eventual necessidade de rompimento contratual antes do prazo, poderá ser feito livre de qualquer ônus, nos termos justificados do Art. 79 da Lei 8.666/93.

IMPORTANTE: Informamos que o prazo de vigência do contrato de prestação dos serviços é até dia 17/12/2025. O Portal poderá ser interrompido/bloqueado automaticamente a partir do dia 18/12/2025, caso não seja realizada a prorrogação e encaminhada a documentação.

Aguardo breve retorno e agradeço desde já, certos da compreensão de todos, me mantendo à disposição no que precisarem!

FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO

Atenciosamente,
Gabriele - Departamento de Contratos
Equipe Portal LEIS - Leis.Org
Telefone (47) 3514-5600 (opção 2+2)

ABES associação brasileira das empresas de software

C E R T I D Ã O Nº 251014/44.397 – página 1 de 2

A.B.E.S.-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE

C E R T I F I C A

para os devidos fins e a quem possa interessar, que de acordo com seus dados cadastrais, a empresa **LEIS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, com sede à Rua 240, nº 400, Sla. 2 - Bairro Meia Praia – Fone/Fax (47) 3514-5600 – CEP 88220-000 – Itapema/SC, associada na Abes sob nº 3671/1, está quites com suas obrigações mensais e em pleno gozo de seus direitos associativos.

CERTIFICA mais, que documentos devidamente firmados em seu poder atestam:

1. que a **LEIS LTDA** é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo território nacional o sistema de legislação, denominado **Leis Municipais**, destinado à **Publicação e Pesquisa de Normas Oficiais**, e a prestar os serviços técnicos especializados relativos ao **Gerenciamento, Consolidação, Compilação e Versionamento** das legislações.

2. que o sistema de gerenciamento de legislação, denominado **Leis Municipais**, possui os seguintes recursos, funções e/ou características técnicas:

   a) **Indexação, consolidação, compilação e versionamento** da legislação em todo o banco de dados disponibilizado;

   b) **Aplicativo mobile** para acesso à legislação, disponível para sistemas Android e iOS;

   c) **Ferramenta de Pesquisa Nacional**, permitindo efetuar buscas de forma integrada em legislações de qualquer esfera, em um único ambiente de pesquisa, compreendendo mais de 10 milhões de normas pesquisáveis;

   d) **Integração da pesquisa entre normas municipais e estaduais**, onde o resultado da busca efetuada na legislação municipal apresenta também Atos do respectivo estado do município consultado, de acordo com os termos utilizados na pesquisa;

   e) **Indexação entre as normas de todas as esferas**, permitindo acesso imediato aos Atos quando citadas na própria norma consultada;

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/E2V84-P4QJG-F85R4-SFHDJ

abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200
Telefone: + 55 11 5094-3100

f) **Ferramentas Seguir Entidade e Seguir Termo**, as quais notificam o usuário em tempo real, via e-mail, quando novas normas são publicadas na respectiva Entidade que houver interesse em acompanhar, com possibilidade, ainda, de criar filtros com termos específicos;

g) **Plataforma Leis à Sociedade**, onde são disponibilizadas notícias de legislações criadas em território nacional, proporcionando informação à sociedade e servindo, inclusive, como modelo para projetos em outras Entidades;

h) **Salvar, realizar anotações e categorizar** normas que sejam consultadas, por meio de contas individualizadas criadas na plataforma.

3. QUE o pedido de registro do programa para computador acima mencionado foi protocolado no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial sob o nº BR512018000939-5 expedido em 26/06/2018.

VALIDADE DESTA CERTIDÃO 180 (CENTO E OITENTA) DIAS

São Paulo, 14 de outubro de 2025.

Assinado digitalmente por:
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS
CPF: 677.162.708-00
Certificado emitido por AC A DIGIFORTE RFB
Data: 14/10/2025 17:48:37 -03:00
DigiForte

ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS-DIRETOR JURÍDICO

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://portal.digiforte.com.br/validate/E2V84-P4QJG-F85R4-SFHDJ

abesrelacionamento@abes.org.br | www.abes.org.br
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200
Telefone: + 55 11 5094-3100

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: E2V84-P4QJG-F85R4-SFHDJ

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- MANOEL ANTONIO DOS SANTOS (CPF 677.162.708-00) em 14/10/2025 17:48 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://portal.digiforte.com.br/validate/E2V84-P4QJG-F85R4-SFHDJ

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://portal.digiforte.com.br/validate

CÍCERO MELLO DE LIZ, nacionalidade brasileira, nascido em 04/10/1983, solteiro, empresário, CPF n.º 008.711.029-60, Carteira de Identidade n.º 1.679.264, órgão expedidor SSP/SC, residente e domiciliado na Rua 232, n.º 245, apto. 902, Meia Praia, Itapema/SC, CEP 88.220-000, Brasil.

CAMILA MELLO DE LIZ SCHIESSL, nacionalidade brasileira, nascida em 31/10/1982, casada em comunhão parcial de bens, empresária, CPF n.º 037.536.889-24, Carteira de Identidade n.º 1.674.755, órgão expedidor SSP/SC, residente e domiciliada na Rua 220, n.º 200, apto. 1001, Meia Praia, Itapema/SC, CEP 88.220-000, Brasil.

CARLITO MELLO DE LIZ, nacionalidade brasileira, nascido em 24/09/1953, casado em comunhão parcial de bens, empresário, CPF n.º 181.488.089-53, Carteira de Identidade n.º 220.562, órgão expedidor SSP/SC, residente e domiciliado na Rua 232, n.º 245, apto. 902, Meia Praia, Itapema/SC, CEP 88.220-000, Brasil.

Todos sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE n.º 42202807759, com sede na Rua 222, n.º 246, Sala 05, Meia Praia, Itapema/SC, CEP 88.220-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o n.º 03.725.725/0001-35, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei n.° 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade que gira sob o nome empresarial **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA**, girará, a partir desta data, sob o nome empresarial **LEIS LTDA** e adotando o nome fantasia **LEIS**.

RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEXTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em Itapema/SC.

CLÁUSULA SÉTIMA. As cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor, sendo que, em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

- - - CONSOLIDAÇÃO - - -

Req: 81500001884925

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00871029600-CICERO MELLO DE LIZ:51499869953-CARLITO MELLO DE LIZ:03753688924-CAMILA MELLO DE LIZ SCHIESSL

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 04/04/2025
Certifico o Registro em 04/04/2025 Data dos Efeitos 03/04/2025
Arquivamento 20258352817 Protocolo 258352817 de 03/04/2025 NIRE 42202807759
Nome da empresa LEIS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 84090899127488
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA
CNPJ 03.725.725/0001-35 – NIRE 42202807759

Da denominação, objeto, sede e prazo de duração

Cláusula Primeira: A sociedade gira sob o nome empresarial **LEIS LTDA**.

Cláusula Segunda: O objeto da sociedade é serviços técnicos especializados na publicação de atos oficiais, com consolidação em meio eletrônico digital de acesso público; prestação de serviços na área de informática; na construção de home pages; propaganda e marketing; digitação; geoprocessamento e processamento de dados; assessoria e consultoria a empresas públicas e privadas; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis e customizáveis.

Cláusula Terceira: A sociedade tem sua sede, para fins de correspondência, localizada na Rua 240, n.º 400, Sala 02, Meia Praia, Itapema/SC, CEP 88.220-000.

Cláusula Quarta: A sociedade iniciou suas atividades em 01 de abril de 2000 e seu prazo de duração será de tempo indeterminado.

Do capital e das quotas

Cláusula Quinta: O capital social é de R$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), constituído de 470.000 (quatrocentos e setenta mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizadas em moeda corrente do país, assim distribuídas:

Sócios	Quotas	Participação	Valores (R$)
CÍCERO MELLO DE LIZ	282.000	60,00 %	282.000
CAMILA MELLO DE LIZ SCHIESSL	94.000	20,00 %	94.000
CARLITO MELLO DE LIZ	94.000	20,00 %	94.000
Total	**470.000**	**100,00 %**	**470.000,00**

Cláusula Sexta: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

Cláusula Sétima: Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

Cláusula Oitava: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 04/04/2025
Certifico o Registro em 04/04/2025 Data dos Efeitos 03/04/2025
Arquivamento 20258352817 Protocolo 258352817 de 03/04/2025 NIRE 42202807759
Nome da empresa LEIS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 84090899127488
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

Da administração

Cláusula Nona: A administração da sociedade será exercida pelos sócios **CÍCERO MELLO DE LIZ, CAMILA MELLO DE LIZ SCHIESSL** e **CARLITO MELLO DE LIZ,** isoladamente ou em conjunto.

Cláusula Décima: Os administradores têm poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade.

Cláusula Décima Primeira: Os sócios poderão de comum acordo fixar um pró-labore mensal ou determinar que não haverá remuneração através de pró-labore aos sócios ou mesmo aos administradores, no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

Cláusula Décima Segunda: É vedado aos administradores fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

Cláusula Décima Terceira: Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

Cláusula Décima Quarta: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Cláusula Décima Quinta: Nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social os administradores são obrigados a prestar aos sócios contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e de resultado econômico.

Das reuniões

Cláusula Décima Sexta: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelo administrador.

Cláusula Décima Sétima: O anúncio de convocação para reunião será publicado por 3 (três) vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia, o prazo mínimo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para as posteriores.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 04/04/2025
Certifico o Registro em 04/04/2025 Data dos Efeitos 03/04/2025
Arquivamento 20258352817 Protocolo 258352817 de 03/04/2025 NIRE 42202807759
Nome da empresa LEIS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 84090899127488
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

Cláusula Décima Oitava: As publicações serão feitas em jornal de grande circulação, conforme o local da sede da sociedade.

Cláusula Décima Nona: Dispensa-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos anteriores quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Cláusula Vigésima: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Cláusula Vigésima Primeira: Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será apresenta ao Ofício de Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação.

Cláusula Vigésima Segunda: A reunião dos sócios instala-se com a presente, em primeira convocação, de titulares de no mínimo ¾ (três quartos) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

Das deliberações dos sócios

Cláusula Vigésima Terceira: Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- Aprovação das contas da administração;
- Designação dos administradores, quanto feita em ato separado;
- Destituição dos administradores;
- Modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- Modificação do contrato social;
- Incorporação, fusão e dissolução da sociedade ou a cessação do estado de liquidação;
- Nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- Pedido de recuperação judicial.

Cláusula Vigésima Quarta: As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a no mínimo:

- ¾ (três quartos) do capital social, para modificações do contrato social e a incorporação, fusão e dissolução da sociedade ou a cessação do estado de liquidação;
- ½ (metade) do capital social, nos casos em que a designação dos administradores for fita em ato separado; quando houver a destituição dos administradores; para a definição do modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato; quando houver pedido de recuperação judicial;

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 04/04/2025 Data dos Efeitos 03/04/2025
Arquivamento 20258352817 Protocolo 258352817 de 03/04/2025 NIRE 42202807759
Nome da empresa LEIS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 84090899127488
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

04/04/2025

- Maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

Cláusula Vigésima Quinta: As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contatos segundo o valor e quantidade de quotas de cada um.

Cláusula Vigésima Sexta: As deliberações tomadas em conformidade com o contrato social e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Da retirada, morte ou exclusão de sócio

Cláusula Vigésima Sétima: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou se retirar da sociedade comunicar aos demais, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Cláusula Vigésima Oitava: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

Cláusula Vigésima Nona: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do *de cujus*, salvo se os sócios remanescentes optarem pela sua dissolução.

Cláusula Trigésima: Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo *de cujus*, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

Cláusula Trigésima Primeira: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão se retirar da sociedade.

Cláusula Trigésima Segunda: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que justifiquem a justa causa.

Cláusula Trigésima Terceira: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do seu direito de defesa.

Cláusula Trigésima Quarta: Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 04/04/2025 Data dos Efeitos 03/04/2025
Arquivamento 20258352817 Protocolo 258352817 de 03/04/2025 NIRE 42202807759
Nome da empresa LEIS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 84090899127488
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral
04/04/2025

Cláusula Trigésima Quinta: No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado à data da resolução e seus haveres pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

Cláusula Trigésima Sexta: Podem os sócios remanescentes suprir os valores das quotas.

Cláusula Trigésima Sétima: A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

Do exercício social

Cláusula Trigésima Oitava: O exercício social coincidirá com o ano civil.

Cláusula Trigésima Nona: Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço patrimonial da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feitas as necessárias amortizações e previsões e o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar, sendo que os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das suas respectivas quotas.

Cláusula Quadragésima: A sociedade poderá levantar balanços patrimoniais intermediários, em períodos inferiores ao exercício social, distribuindo antecipadamente aos sócios os lucros apurados com base na escrituração contábil, observando a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art. 1.059 da Lei n.º 10.406/2002

Cláusula Quadragésima Primeira: A distribuição dos lucros passa a poder não obedecer a participação dos sócios desde que aprovada pela totalidade dos sócios.

Cláusula Quadragésima Segunda: Até 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social haverá reunião dos sócios para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico; designar administradores, quando dor o caso e tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Das disposições finais

Cláusula Quadragésima Terceira: Os atos reservados a competência de profissões legalmente regulamentadas serão exclusivamente praticadas pelos sócios que

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 04/04/2025
Certifico o Registro em 04/04/2025 Data dos Efeitos 03/04/2025
Arquivamento 20258352817 Protocolo 258352817 de 03/04/2025 NIRE 42202807759
Nome da empresa LEIS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 84090899127488
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

preencham tal condição, ou, mediante a contratação de terceiros detentores de inscrição no respectivo órgão fiscalizar.

Cláusula Quadragésima Quarta: A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, mediante alteração contratual assinado por todos os sócios.

Cláusula Quadragésima Quinta: Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei n.° 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

Cláusula Quadragésima Sexta: Os sócios, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Itapema/SC, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

E por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente em 3 vias, devidamente rubricado pelos sócios que se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Itapema/SC, 02 de abril de 2025.

CÍCERO MELLO DE LIZ
CPF 008.711.029-60
ASSINADO DIGITALMENTE

CAMILA MELLO DE LIZ SCHIESSL
CPF 037.536.889-24
ASSINADO DIGITALMENTE

CARLITO MELLO DE LIZ
CPF 161.468.099-00
ASSINADO DIGITALMENTE

Req: 91500002884025

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 04/04/2025
Certifico o Registro em 04/04/2025
Arquivamento 20259352817 Protocolo 25935281 7 em 03/04/2025 NIRE 42202807759
Nome da empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA
Este documento pode ser verificado no site http://www.jucesc.sc.gov.br/autenticidade/autenticacao.aspx
Chancela 0100080912748
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2025 por LEITICIO VALSKI - Secretario-Geral

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

258352817

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	LEIS LTDA
PROTOCOLO	258352817 - 03/04/2025
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	020 - ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL

MATRIZ

NIRE 42202807759
CNPJ 03.725.725/0001-35
CERTIFICO O REGISTRO EM 04/04/2025
SOB N: 20258352817

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20258352817

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00871102960 - CICERO MELLO DE LIZ - Assinado em 03/04/2025 às 09:48:21

Cpf: 03753688924 - CAMILA MELLO DE LIZ SCHIESSL - Assinado em 03/04/2025 às 08:58:13

Cpf: 18148808953 - CARLITO MELLO DE LIZ - Assinado em 03/04/2025 às 11:06:48

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.725.725/0001-35
Certidão nº: 59662691/2025
Expedição: 06/10/2025, às 08:39:07
Validade: 04/04/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.725.725/0001-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

CERTIDÃO RECUPERAçãO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALêNCIA Nº: 5052767
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: LEIS LTDA
Raiz do CNPJ: 03.725.725
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SANTA CATARINA
Município endereço da sede : ITAPEMA
Endereço da sede : Rua 240, nº 400, Sla 2, Meia Praia, Itapema/SC

Certidão emitida às 08:49 de 15/09/2025.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome (razão social): **LEIS LTDA**
CNPJ/CPF: **03.725.725/0001-35**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**250140214231440**
Data de emissão:	**14/07/2025 17:22:38**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158):	**10/01/2026**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 16/07/2025 14:40:25

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 16/07/2025

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
03.725.725/0001-35 **MATRIZ**		**28/03/2000**

NOME EMPRESARIAL
LEIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LEIS	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (Dispensada *)
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (Dispensada *)
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação (Dispensada *)
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (Dispensada *)
73.19-0-01 - Criação de estandes para feiras e exposições
73.19-0-02 - Promoção de vendas (Dispensada *)
73.19-0-03 - Marketing direto (Dispensada *)
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade (Dispensada *)
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 240	**400**	**SALA 02**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
88.220-000	**MEIA PRAIA**	**ITAPEMA**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@LEISMUNICIPAIS.COM.BR	**(47) 3514-5600**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**27/08/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **07/04/2025** às **12:12:36** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LEIS LTDA
CNPJ: 03.725.725/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:47:56 do dia 03/10/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/04/2026.
Código de controle da certidão: **5B05.2111.7EDC.73C6**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

JUCESC

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: LEIS LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
NIRE(sede) 42202807759	CNPJ 03.725.726/0001-36	Arquivamento do ato Constitutivo 28/03/2000	Inicio da atividade 01/04/2000
Endereço: RUA 240, 400 SALA:02, MEIA PRAIA, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			
NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX Endereço: XXXXXX			
Observação			

FLORIANOPOLIS - SC, 18 de Julho de 2025

ASSINADA ELETRONICAMENTE POR

LUCIANO LEITE KOWALSKI
SECRETÁRIO-GERAL

256578834

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx

À PROCURADORIA JURÍDICA

ASSUNTO: Parecer jurídico para prorrogação de prazo e recomposição de preços do Contrato n° 123/2023.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

A Divisão de Contratos recepcionou a demanda relacionada à Empresa **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA** – CNPJ/MF sob n° 03.725.725/0001-35, referente ao **Processo de Inexigibilidade n° 25/2023– Contrato n° 123/2023**, com vencimento em **17/12/2025**, a qual **solicita prorrogação de prazo de 24 (vinte e quatro) meses e recomposição de preços. (Item 7.2.1. da Cláusula Sétima do Contrato n° 123/2023)**

Documentos que acompanham esta solicitação:

- Solicitação da Secretaria;
- Resposta do Fornecedor;
- Cópia do contrato;
- Documentos da empresa.

Justificativa do solicitante: Considerando a imprescindibilidade dos serviços ora contratados, o prazo necessário para a realização de novo procedimento licitatório e a proximidade do término da vigência do contrato em curso, entende-se necessária a continuidade do fornecimento, a fim de resguardar a regular execução das atividades essenciais deste Município. Assim, a Administração Municipal de São Jorge d'Oeste – PR manifesta, por meio do presente, o interesse na manutenção da contratação da empresa já responsável pela prestação de serviços de fornecimento de software para implantação consolidação por dentro do texto, compilação, versionamento dos atos oficiais de efeito externo, com a disponibilização na rede mundial de computadores- internet, ferramenta de publicação e pesquisa de documentos administrativos, acesso exclusivo ao banco de dados compreendendo a legislação de municípios e estados brasileiros para essa municipalidade.

São Jorge D'Oeste/PR, aos 10 dias do mês de novembro de 2025.

Divisão de Contratos
Beatriz Hordina
Decreto n° 4.719/2025

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

PARECER JURÍDICO

Parecer Jurídico n° 385/2025.

Interessado: Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças.

Assunto: Prorrogação – Contrato n° 123/2023.

I. Trata-se de solicitação de prorrogação do prazo de execução e vigência pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, junto ao **CONTRATO nº 123/2023** firmado junto à empresa **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, atualmente denominada LEIS LTDA – CNPJ Nº 03.725.725/0001-35**, oriundo da Inexigibilidade n° 25/2023.

II. O objeto do supracitado contrato é o *"CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, LOCALIZADA A RUA 240, Nº400, SALA 2, MEIA PRAIA - ITAPEMA - SC, CEP 88220-000 DEVIDAMENTE CADASTRADA NO CNPJ Nº 03.725.725/0001-35 PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA IMPLANTAÇÃO CONSOLIDAÇÃO POR DENTRO DO TEXTO, COMPILAÇÃO, VERSIONAMENTO DOS ATOS OFICIAIS DE EFEITO EXTERNO, COM A DISPONIBILIZAÇÃO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES-INTERNET, FERRAMENTA DE PUBLICAÇÃO E PESQUISA DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS, ACESSO EXCLUSIVO AO BANCO DE DADOS COMPREENDENDO A LEGISLAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ESTADOS BRASILEIROS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE/PR."*, nos termos da sua ***cláusula primeira***, o que no âmbito das atividades desenvolvidas por este Município, se caracteriza como serviço contínuo de que trata o Art. 57, II, da Lei n° 8.666/93.

III. O contrato foi firmado em 18/12/2023 e, conforme disposto na ***cláusula terceira***, previa inicialmente o prazo de vigência e de execução de 12 (doze) meses, ou seja, até 18/12/2024, podendo ser prorrogado na forma da Lei n° 8.666/93. Atualmente o referido contrato possui prazo de vigência e execução até 18/12/2025, conforme 1º Termo Aditivo.

Jean de Souza Silva
Advogado
OAB/PR 101.839

IV. A Administração Pública possui interesse em prorrogar o prazo de execução e vigência do **CONTRATO nº 123/2023** em mais 24 (vinte e quatro) meses, justificando o interesse público na necessidade da continuidade do contrato para que seja possível manter a transparência e o acesso da sociedade aos atos oficiais do Município, publicados no software online fornecido pela contratada.

V. Em anexo manifestação da empresa fornecedora concordando com a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, requerendo, ainda, a concessão do reajuste previsto na cláusula 7.2.1 do contrato.

VI. Quanto a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, se tratando de serviço contínuo, tem-se legalmente cabível desde seja por iguais e sucessivos períodos, que se observe a vantajosidade para a Administração Pública, bem como não ultrapasse o prazo total de sessenta meses, conforme Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, *in verbis:*

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
> *[...]*
> ***II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;***

Salienta-se que, embora já revogada, a Lei nº 8.666/93 ainda é aplicável ao contrato ora analisado em razão da ultratividade prevista no Art. 191, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21:

> *Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação*

Jean de Souza Silva
Advogado
OAB/PR 101.860

> *direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.*
>
> *Parágrafo único.* ***Na hipótese do caput deste artigo****, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei,* ***o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência****.*

VII. Desta maneira, a prorrogação pretendida somente poderá ocorrer pelo mesmo período originalmente previsto no contrato, ou seja, por 12 (doze) meses, em obediência ao Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VIII. Quanto a natureza contínua do serviço, convém aplicar o entendimento do ilustre jurista Marçal Justen Filho:

> *"A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata,* ***na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita****. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo* ***atendimento não exaure prestação semelhante no futuro****. Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também compreendidas necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades que não são indispensáveis.* ***O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço.****" – Grifamos.*
>
> *(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2016, p. 1109.)*

Neste sentido pode-se ainda citar o entendimento do Prof. Ulisses Jacoby Fernandes:

> *"não apenas a continuidade do desenvolvimento, mas a necessidade de que não sejam interrompidos, constituem os requisitos basilares*

Jean de Souza Silva
Advogado
OAB/PR 101.860

para que se enquadrem como prestação de serviços a serem executados de forma contínua". (Boletim de Licitações Contratos – nº2-fev, 1996-p.75)

Desta maneira, notadamente o serviço objeto do Contrato nº 123/2023 pode ser caracterizado como ***serviço de natureza contínua***, nos termos dos entendimentos doutrinários acima citados, pois a necessidade de tal serviço é permanente, contínua e não pode ser interrompida, sob pena de impossibilitar o acesso da população, através da internet, ao banco de dados dos atos oficiais do Município, especialmente à legislação municipal.

IX. Ademais, o Contrato originário, em sua cláusula terceira, também previa a possibilidade de prorrogação até o limite de sessenta meses, na forma do Art. 57, inciso II, da Lei n° 8.666/93.

X. Ainda, nota-se que o objeto do contrato está contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual do Município de São Jorge d'Oeste – PR, conforme "Programa: 4 – Manutenção das atividades administrativas" constante no Anexo do PPA 2022/2025 – Lei Municipal n° 997/2021, alterado pela Lei Municipal n° 1.065/2022.

XI. No que concerne à manutenção da vantajosidade para a Administração Público, é evidente no caso em tela, especialmente por manter as condições e preço atualmente vigente, somente tendo sido realizados os reajustes anuais previstos na cláusula 7.2.1 do Contrato, de modo que a prorrogação do contrato se revela como medida apta a alcançar a eficiência administrativa no caso em tela.

XII. Vale mencionar que a verificação da manutenção da vantajosidade do contrato não precisa se limitar ao aspecto econômico. Outros fatores podem ser considerados, como os riscos e os custos para realizar uma nova contratação, além do desempenho do contratado na execução do objeto, registrado no histórico da fiscalização. Esses e outros fatores podem contribuir para a análise quanto à vantagem de continuidade de determinados contratos. (Relatório do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário, parágrafos 181 a 195, IN – SGD/ME 94/2022, art. 36, Enunciado CJF 3/2022, Parecer 1/2019/DECOR/CGU/AGU, parágrafos 23, 26, 29, 30 e 32). Nesta inteligência, podemos mencionar o elevado grau de dificuldade e dispêndio de recursos humanos e

Jean de Souza Silva
Advogado
OAB/PR 101.869

técnicos que a mudança de fornecedor geraria, tendo em vista a necessidade de transferir todo o arcabouço legislativo municipal para plataforma de outro fornecedor.

XIII. Ademais, podemos mencionar ainda o entendimento do Governo Federal exarado através da Instrução Normativa n° 5 de 26 de maio de 2017, que "*Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional*".

> ***Instrução Normativa n° 5 de 26 de maio de 2017:***
> *Anexo IX:*
> *[...]*
> *7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:*
> *b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE);*

Na mesma linha, a Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos da Procuradoria Geral Federal (PGF), através do Parecer nº 00004/2018/CPLC/PGF/AGU, compreendeu que seria desnecessária a realização de pesquisa de preços para a prorrogação de um contrato de prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, ***uma vez que a "vantajosidade" da prorrogação estaria assegurada por serem os valores contratados decorrentes de licitação na qual se aferiu o melhor preço, atualizado financeiramente, dada a previsão contratual de índice de reajustamento de preços.***

Para melhor entendimento, vale a transcrição da ementa do referido Parecer:

Jean de Souza Silva
Advogado
OAB/PR 101.860

> *ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. [...]. VANTAJOSIDADE ECONÔMICA DO CONTRATO NA PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE DE DISPENSA DA PESQUISA DE PREÇOS NOS CONTRATOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. [...] III. A vantajosidade da prorrogação nos contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra estará assegurada quando houver previsão no ajuste dos requisitos previstos no item 7 do Anexo IX da IN nº 05/2017-SEGES/MP.* ***IV. A vantajosidade da prorrogação nos contratos de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra estará assegurada quando houver previsão contratual de índice de reajustamento de preços****, o que não impede que o gestor, diante das especificidades do contrato firmado, da competitividade do certame, da adequação da pesquisa de preços que fundamentou o valor de referência da licitação, da realidade de mercado, bem como da eventual ocorrência de circunstâncias atípicas no setor da contratação, decida, de maneira fundamentada, pela realização da pesquisa de preços.*

XIV. Nesta inteligência, observa-se que o contrato que se pretende a prorrogação manterá os valores previstos originalmente no contrato, somente tendo sido realizados os reajustes anuais previstos na cláusula 7.2.1 do Contrato, evidenciando a vantajosidade econômica na manutenção do fornecedor, pelos motivos já descritos alhures, bem como pela necessidade de manter à disposição da sociedade a legislação municipal para consulta pública de forma prática e ágil através da internet.

XV. Ademais, constata-se a juntada de documentos que evidenciam a manutenção dos requisitos de habilitação da empresa contratada, bem como manifestação da mesma aceitando a prorrogação contratual mediante concessão da recomposição dos preços contratados.

XVI. Portanto, entendo que a justificativa apresentada é suficiente para averiguação do interesse público em aditivar o objeto e prorrogar o presente contrato, especialmente por representar eficiência dos atos públicos.

Jean de Souza Silva
Advogado
OAB/PR 101.8[illegible]

XVII. Acerca do prazo de prorrogação do contrato, nota-se ser perfeitamente cabível e adequada a prorrogação pelo prazo de apenas 12 (doze) meses (e não por 24 meses), eis que é o prazo originalmente previsto no contrato e com tal prorrogação, não se extrapolará o limite de sessenta meses previsto no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

XVIII. Quanto a pretendida recomposição dos valores contratuais, conforme se observa da cláusula 7.2.1 do contrato, restou estabelecida a recomposição dos preços através do IGP-M ou INPC após o período de 12 (doze) meses de vigência do contrato, o qual for mais vantajoso para este Município Contratante.

XIX. Nesta inteligência, nota-se do cálculo em anexo, que o índice IGP-M relativo aos últimos dozes resultou menor, sendo, portanto, o índice mais vantajoso ao Município Contratante. Desta feita, a recomposição dos valores contratuais deve ser realizada através da aplicação do índice IGP-M, conforme previsão da Cláusula 7.2.1 do Contrato.

XX. Diante do exposto, nota-se que restam preenchidos os requisitos exigidos pela Lei n° 8.666/93, razão pela qual esta Procuradoria Jurídica entende legalmente cabível a celebração de Termo Aditivo para a **prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 123/2023 pelo período de 12 (doze) meses**, conforme pretendido pela Secretaria solicitante, com fundamento no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, bem como a recomposição dos valores contratuais através da aplicação do índice IGP-M acumulado dos últimos doze meses, conforme previsão da Cláusula 7.2.1 do Contrato.

XXI. Saliento, por fim, quanto à **necessidade de verificação e indicação de dotação orçamentária**, juntando-se a respectiva declaração de adequação orçamentária, bem como de autorização prévia do Prefeito Municipal para formalização do Termo Aditivo.

É o parecer.

São Jorge D'Oeste - PR, 11 de dezembro de 2025.

Jean de Souza Silva
Advogado
OAB/PR 101.860

Jean de Souza Silva
Advogado
OAB/PR 101.860

JEAN DE SOUZA SILVA

Procurador Municipal

Matrícula nº 29567056 | OAB/PR nº 101.860

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	10/2024
Data final	11/2025
Valor nominal	R$ 1,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,02726580
Valor percentual correspondente	2,726580 %
Valor corrigido na data final	R$ 1,03 (REAL)

Fazer nova pesquisa | Imprimir

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando aqui.

Gostou desse serviço? Dê sua opinião.

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	10/2024
Data final	11/2025
Valor nominal	R$ 1,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,05159170
Valor percentual correspondente	5,159170 %
Valor corrigido na data final	R$ 1,05 (REAL)

Fazer nova pesquisa | Imprimir

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando aqui.

Gostou desse serviço? Dê sua opinião.

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)

Dados informados

Data inicial	01/2024
Data final	09/2025
Valor nominal	R$ 1,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,08558400
Valor percentual correspondente	8,558400 %
Valor corrigido na data final	R$ 1,09 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando aqui.

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados

Data inicial		01/2024
Data final		09/2025
Valor nominal	R$ 1,00	(REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período		1,05534430
Valor percentual correspondente		5,534430 %
Valor corrigido na data final	R$ 1,06	(REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando aqui.

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados

Data inicial		12/2024
Data final		11/2025
Valor nominal	R$ 694,29	(REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período		0,99891530
Valor percentual correspondente		-0,108470 %
Valor corrigido na data final	R$ 693,54	(REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando aqui.

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)

Dados informados

Data inicial		12/2024
Data final		11/2025
Valor nominal	R$ 694,29	(REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período		1,04177800
Valor percentual correspondente		4,177800 %
Valor corrigido na data final	R$ 723,30	(REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando aqui.

São Jorge D' Oeste – Paraná – 12/12/2025.

PREFEITO

PARA: Comissão de Licitação

Considerando os termos do Parecer jurídico, amparado no Art. 57. II da Lei 8.666/93, **AUTORIZO** a prorrogação do contrato administrativo nº 123/2023, por mais **12 (doze) meses**, tendo em vista a necessidade de continuidade dos trabalhos até então desenvolvidos.

Encaminhe-se ao Setor/Departamento de licitações para as providencias necessárias.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
PREFEITO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 123/2023.

Termo Aditivo de Prazo e Valor, ao Contrato n° 123/2023, parte integrante do Processo inexigibilidade nº 25/2023, celebrado entre **O MUNICIPIO DE SÃO JORGE D`OESTE e a empresa LEIS LTDA**

O MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE, com sede administrativa na Av. Iguaçu, 281, Centro, cidade de São Jorge D`Oeste, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica/CNPJ sob o n° 76.995.380/0001-03, representado pelo Prefeito **GELSON COELHO DO ROSÁRIO,** portador do CPF: 064.733.219-18 e do RG: 9.203.148-9, residente e domiciliado na Linha São Judas Tadeu - Rural, no Município de São Jorge D'Oeste/PR, e, de outro lado a empresa **LEIS LTDA** , com sede na R 240, 400 - CEP: 88220000 - BAIRRO: MEIA PRAIA, Itapema/SC, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica/CNPJ nº 03.725.725/0001-35, neste ato representada por seu representante legal, **Carlito Mello de Liz**, portador(a) do CPF: 181.488.089-53, doravante designada CONTRATADA, *resolvem de comum acordo,* **ALTERAR** *o* **Contrato Nº 123/2023**, *cujo o objeto e a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LEIS LTDA, LOCALIZADA A RUA 240, Nº400, SALA 2, MEIA PRAIA - ITAPEMA - SC, CEP 88220-000 DEVIDAMENTE CADASTRADA NO CNPJ Nº 03.725.725/0001-35 PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA IMPLANTAÇÃO CONSOLIDAÇÃO POR DENTRO DO TEXTO, COMPILAÇÃO, VERSIONAMENTO DOS ATOS OFICIAIS DE EFEITO EXTERNO, COM A DISPONIBILIZAÇÃO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES-INTERNET, FERRAMENTA DE PUBLICAÇÃO E PESQUISA DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS, ACESSO EXCLUSIVO AO BANCO DE DADOS COMPREENDENDO A LEGISLAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ESTADOS BRASILEIROS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE/PR. originário da Processo inexigibilidade – Nº 25/2023, mediante as condições e cláusulas seguintes:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Com fundamento no artigo 57, II, §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parecer jurídico acostado ao processo, bem como havendo interesse recíproco entre as partes, nos termos da Clausula Terceira do instrumento contratual originário, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato em 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO

Com os acréscimos decorrentes deste termo aditivo, o preço global passará para R$ 24.658,20 (vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo previsto, passando a ter sua vigência até **17/12/2026.**

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Com fundamento no artigo 57, IV, §1º e 2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigo 65, inciso II, § 8, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Fica ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinaram as partes e as testemunhas abaixo.

São Jorge D`Oeste(PR), 12/12/2025.

LEIS LTDA:03725725000135 Assinado de forma digital por LEIS LTDA:03725725000135 Dados: 2025.12.15 09:07:55 -03'00'

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
PREFEITO

LEIS LTDA
Carlito Mello de Liz
CPF Nº. 181.488.089-53

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Prefeitura Municipal de Mariópolis

		altura, utilizando caixaria e concreto usinado fck 30mpa; - 1000m de viga intermediária na altura de 0,75, nas medidas de 30x15, utilizando caixaria e concreto usinado fck 30mpa; - 120m de viga cinta, nas medidas de 30x15, utilizando caixaria e concreto usinado fck 30mpa; - 60m² de alvenaria para vedação com blocos cerâmicos; - Chapisco dos dois		
		lados da alvenaria; - Emboço realizado com aditivo impermeabilizante dos dois lados do muro com 2cm de espessura; - Necessário executar corte no terreno para reduzir o talude existente; - Necessário executar drenagem em todo muro, utilizando pedra brita e manta bedim, encanando na rede pluvial pública; - Instalação de canaleta com meio tubo em 80m de muro, assentado sobre uma camada de concreto magro para direcionar a água; - O reaterro deve ser feito manualmente e com compactação mecanizada, através de camadas, cada uma com altura média de 20cm entre elas; - Necessário o plantio de grama no talude após as adaptações necessárias.		

Em anexo a esta ata encontra-se o relatório contendo os preços unitários apresentados pelos licitantes acima informados. Não havendo impedimentos legais o resultado será publicado. Nada mais havendo a tratar, eu Francisco Valdomiro Bueno, membro, redigi a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos participantes do ato. Fernando Romeiro – Agente de Contratação. Francisco Valdomiro Bueno – Membro. Vanusa Martins – Membro.

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90118/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para administrar, gerenciar e fornecer sistema digital de auxílio material escolar, por meio de cartão eletrônico com chip e/ou tarja magnética, destinado aos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Dois Vizinhos, conforme Lei Municipal nº 2.906/2025, incluindo a gestão dos recursos e o repasse aos fornecedores credenciados.
Local: Dois Vizinhos/PR
Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR
Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I
Tipo: Edital
Modo de disputa: Aberto
Data de inicio de recebimento de propostas: 15/12/2025
Data fim de recebimento de propostas: 13/1/2026 às 8h15m (horário de Brasília).
Fonte: Compras.gov.br
O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 12 de dezembro de 2025.
Luis Carlos Turatto
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
Retificação do Edital do Pregão Eletrônico 90116/2025

Objeto: Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação destinado ao uso de todo executivo municipal – Com itens de ampla concorrência, cota reservada e exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
1. Fica retificado a data de abertura do certame que passa a ser 9/1/2026.
2. Permanecem inalteradas as demais condições do edital.
Dois Vizinhos, 12 de dezembro de 2025.
Luis Carlos Turatto
Prefeito

Prefeitura Municipal de Honório Serpa

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PUBLICO 12/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 36/2025

O Municipio de HONÓRIO SERPA – Paraná, torna público, que estará realizando CHAMAMENTO PÚBLICO nº 12/2025, que tem por objeto Credenciamento com seleção a critério de terceiros, de empresas especializadas para o fornecimento de Kits de Uniformes escolares para o Departamento Municipal de Educação de Honório Serpa / Pr. Prazo para entrega dos envelopes: Os Fornecedores deverão apresentar os documentos de habilitação e proposta de serviços a partir de 15/12/2025 até o dia 19/01/2026, às 09:00 horas, na sala de licitações, localizada na Rua Elpídio dos Santos, 541, Centro, cidade do Honório Serpa-Pr.
Edital na integra: à disposição dos interessados no Departamento de Licitações. Informações complementares através do telefone (46) 3245-1130 ou pelo e-mail: licitacao@honorioserpa.pr.gov.br

Honório Serpa, 12 de Dezembro de 2025.
João Carlos Garbin
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE
Pérola D'Oeste - Estado do Paraná
Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Cep. 85.740-000 - Fone/fax:(46)3556 1223
Home Page: http://www.peroladoeste.pr.gov.br - E-mail: gabinete@peroladoeste.pr.gov.br

Consórcio Público Intermunicipal para o desenvolvimento sustentável da Região Fronteira Sudoeste do Estado do Paraná - CIFRA

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de licitação para a Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de uso, implementação, customização, treinamento, suporte técnico e manutenção continuada de solução tecnológica integrada que utiliza inteligência artificial para automação da fase interna dos processos licitatórios por meio de registro de preços.
Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 74, I;
Contratada GOT Soluções Ltda.
CNPJ/MF nº 59.456.359/0001-10.
Endereço: Rua José de Alencar, nº 200, Centro, Santo Antônio do Sudoeste/PR, CEP 85.710-000.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de uso, implementação, customização, treinamento, suporte técnico e manutenção continuada de solução tecnológica integrada que utiliza inteligência artificial para automação da fase interna dos processos licitatórios por meio de registro de preços.

Perola D'Oeste-Pr, 12 de dezembro de 2025.
EDSOM LUIZ BAGETTI
Presidente do Consórcio

Prefeitura Municipal de Vitorino

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2025.

O Municipio de Vitorino torna público que fará realizar, às 08:00 horas do dia 31 de dezembro do ano de 2025, na plataforma BLL COMPRAS, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Comunidade Santo Antônio	Estradas Vicinais	37.548,00 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Vitorino e na plataforma BLL COMPRAS. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Vitorino, 12 de dezembro de 2025.
Fernando Sinhorini

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 18/2025

O MUNICIPIO DE VITORINO torna público que fará realizar, às 08:00 horas do dia 30 de DEZEMBRO do ano de 2025, na plataforma BLL COMPRAS, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Vila Rural	Pavimentação em CBUQ	20.028,00 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Vitorino e na plataforma BLL COMPRAS. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
VITORINO, 12 de 12 de 2025.
Fernando Sinhorini - Agente de Contratação

Prefeitura de São Jorge D'Oeste

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 120/2025 Pregão/Nº. 74/2025**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	MAGI COMERCIAL LTDA- CNPJ nº. 04.622.272/0001-84
Objeto	**Aquisição de VEICULO NOVO, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com recursos livres, para atender as suas demandas e de interesse público do Município de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 113.990,00 (cento e treze mil, novecentos e noventa reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 12/12/2026
Prazo de vigência	até 12/12/2026
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 12/12/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90075/2025 - PROCESSO Nº 340/2025.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para contratação de empresa especializada no serviço de locação de veiculo recreativo caracterizado como "trenzinho do Papai Noel" conforme as seguintes especificações: Capacidade minima de 30 lugares sentados, caracterizado e iluminado com tema natalino. A empresa contratada será responsável pelo transporte, manutenção e combustível do veículo. Com horário de início e duração do serviço a ser definido pela Secretaria competente, com no minimo 4 horas de duração. O percurso a ser realizado pelo veículo deverá ser informado pelos organizadores em cada evento.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal nº 11462/2023 e Decreto Municipal nº 3927/2023; Lei Complementar n. º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – MENOR PREÇO POR ITEM.
1 – ROSANGELA CRISTINA DA VEIGA MARANGONI - 00.938.752/0001-06. Item: 1 – R$ 8.224,00. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 16.448,00 (Dezesseis mil quatrocentos e quarenta e oito reais).

São Jorge D'Oeste-PR, 12 de dezembro de 2025.
GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 155/2022**, parte integrante do(a) Pregão nº 187/2022
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**CLÍNICA MEDICA MUNIZ JUNIOR - EIRELI – CNPJ nº. 20.023.392/0001-11**
Objeto:	**Com fundamento no artigo 57, II, §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parecer juridico acostado ao processo, bem como havendo interesse reciproco entre as partes, nos termos da Clausula Terceira do instrumento contratual originário, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato em 12 (doze) meses.**
Prazo de vigência	**13/12/2026**
Prazo de execução	**13/12/2026**
Data assinatura	12/12/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 123/2023**, parte integrante do(a) Processo inexigibilidade nº 25/2023
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA – CNPJ nº. 03.725.725/0001-35**
Objeto:	**Com fundamento no artigo 57, II, §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parecer juridico acostado ao processo, bem como havendo interesse reciproco entre as partes, nos termos da Clausula Terceira do instrumento contratual originário, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato em 12 (doze) meses.**
Prazo de vigência	**17/12/2026**
Prazo de execução	**17/12/2026**
Data assinatura	12/12/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 192/2021**, parte integrante do(a) Pregão nº 249/2021
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA/CENTRO AP. PROM. AGROECOLOGIA – CNPJ nº. 04.358.174/0007-77**
Objeto:	**Com fundamento no artigo 57, II, §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parecer juridico acostado ao processo, bem como havendo interesse reciproco entre as partes, nos termos da Clausula Terceira do instrumento contratual originário, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato em 12 (doze) meses.**
Prazo de vigência	**22/12/2026**
Prazo de execução	**22/12/2026**
Data assinatura	12/12/2025

ORAÇÃO A NOSSA SENHORA DA CABEÇA

Eis-me aqui, prostrado aos vossos pés, ó Mãe do céu e Senhora Nossa! Tocai o meu coração a fim de que deteste sempre o pecado e ame a vida austera e cristã que exiges dos vossos devotos. Tende piedade das minhas misérias espirituais! E, ó Mãe ternissima, não vos esqueçais também das misérias que afligem o meu corpo e enchem de amargura a minha vida terrena. Daí-me saúde e forças para vencer todas as dificuldades que me opõe o mundo. Não permitais que a minha pobre cabeça seja atormentada por males que me perturbem a tranquilidade da vida. Pelos merecimentos de vosso divino Filho, Jesus Cristo, e pelo amor que a Ele consagrais, alcançai-me a graça que agora vos peço. (pede-se a graça que se deseja obter). Aí tendes, ó Mãe poderosa, a minha humildade súplica. Se quiserdes, ela será atendida. Senhora da Cabeça, rogai por nós.

RESOLVE:
Art. 1º Designar o funcionário efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, senhor: **DANIEL APARECIDO VIEIRA**, matrícula nº 955, para exercer as atividades de limpeza e conservação no Estádio Municipal.

Art. 2 º O servidor ficará lotado na Secretária Municipal de Esportes e Laser, que será responsável pela orientação e acompanhamento das atividades desempenhadas.

Art. 3 º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 12 dias do mês de Dezembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:D6FE2FEC

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 593/2025

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias aos funcionários abaixo relacionados:

- **LUIMARLON CHRISTIAN CUBA OSIS**, matrícula nº **1285** – 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício: 10/06/2024 à 09/06/2025.
-Período de férias: 29/12/2025 à 27/01/2026.

- **JOÃO DEMÉTRI BOZELLI**, matrícula nº **725** – 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício: 14/10/2024 à 13/10/2025.
-Período de férias: 05/01/2026 à 03/02/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 12 dias do mês dezembro do ano de 2025.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:64A3C69B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 2º TERMO CONTRATO 123/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 123/2023**, parte integrante do(a) Processo inexigibilidade nº 25/2023
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**LIZ SERVICOS ONLINE LTDA – CNPJ nº.** 03.725.725/0001-35
Objeto:	**Com fundamento no artigo 57, II, §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parecer jurídico acostado ao processo, bem como havendo interesse recíproco entre as partes, nos termos da Clausula Terceira do instrumento contratual originário, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato em 12 (doze) meses.**
Prazo de vigência	**17/12/2026**
Prazo de execução	**17/12/2026**
Data assinatura	12/12/2025

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:66481EDB

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 2º TERMO CONTRATO 191/2021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 192/2021**, parte integrante do(a) Pregão nº 249/2021
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA/CENTRO AP. PROM. AGROECOLOGIA – CNPJ nº.** 04.358.174/0007-77
Objeto:	**Com fundamento no artigo 57, II, §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parecer jurídico acostado ao processo, bem como havendo interesse recíproco entre as partes, nos termos da Clausula Terceira do instrumento contratual originário, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato em 12 (doze) meses.**
Prazo de vigência	**22/12/2026**
Prazo de execução	**22/12/2026**
Data assinatura	12/12/2025

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:C4856975

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 3º TERMO CONTRATO 155/2022

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 155/2022**, parte integrante do(a) Pregão nº 187/2022
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**CLÍNICA MÉDICA MUNIZ JUNIOR - EIRELI – CNPJ nº.** 20.023.392/0001-11
Objeto:	**Com fundamento no artigo 57, II, §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parecer jurídico acostado ao processo, bem como havendo interesse recíproco entre as partes, nos termos da Clausula Terceira do instrumento contratual originário, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato em 12 (doze) meses.**
Prazo de vigência	**13/12/2026**
Prazo de execução	**13/12/2026**
Data assinatura	12/12/2025

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:533B6A8A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 120/2025

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 120/2025 Pregão/Nº. 74/2025**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	MAGI COMERCIAL LTDA- CNPJ nº. 04.622.272/0001-84
Objeto	**Aquisição de VEÍCULO NOVO, para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com recursos livres, para atender as suas demandas e de interesse público do Município de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 113.990,00 (cento e treze mil, novecentos e noventa reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 12/12/2026
Prazo de vigência	até 12/12/2026
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 12/12/2025

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:F278EA51

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90075/2025 - PROCESSO Nº 340/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90075/2025 - PROCESSO Nº 340/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para contratação de empresa especializada no serviço de locação de veículo recreativo caracterizado como "trenzinho do Papai Noel" conforme as seguintes especificações: Capacidade mínima de 30 lugares sentados,